

PROFISSÃO PROFESSOR: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PEDAGOGO NO BRASIL

Rozânia Pereira da Silva¹

Sandra Elaine Aires de Abreu²

Este estudo com o tema "Profissão professor: o processo de formação do pedagogo no Brasil" possibilita a reflexão de que, a profissão de Professor tem um importante papel político e social na educação, e que é imprescindível conceber a estes profissionais um novo olhar sobre seu processo de formação e atuação, por isso, tem havido algumas transformações com a instituição das diretrizes curriculares nacionais. A presente pesquisa teve como objetivo analisar as prescrições para a formação do Pedagogo no Brasil na atualidade. A abordagem desta pesquisa se deu de forma qualitativa e quanto aos meios de investigação foi utilizada a pesquisa bibliográfica e análise documental. Diante do amplo campo de atuação do Professor, nota-se que as legislações e diretrizes ainda não são satisfatórias para resolver os dilemas enfrentados por estes profissionais, prevalecendo, portanto, a imprecisão da função do Pedagogo, deixando claro que, a questão da sua identidade seja trazida à continuidade do debate e da implementação de legislações mais claras.

Palavras-chave: Formação do Pedagogo. Atualidade. Legislação.

Introdução

O pedagogo tem um importante papel político e social na educação. É imprescindível conceber a estes profissionais um novo olhar sobre seu processo de formação e atuação, que tem passado por algumas transformações principalmente com a instituição das diretrizes curriculares nacionais.

O professor é um profissional cuja atividade principal é o ensino. Para exercer tal função com qualidade, é necessário que em sua formação inicial obtenha conhecimentos, habilidades e atitudes que o norteiam no desenvolvimento de suas habilidades. Contudo, é sabido que, a formação do professor demanda reorientações contínuas visto que, não basta somente à formação inicial é preciso que esta formação percorra toda sua vida profissional. (LIBÂNEO, 2004)

Dessa forma, a análise sobre a construção do profissional está intrinsecamente ligada à sua identidade, ao conjunto de saberes que o pedagogo deve possuir e que são desenvolvidos pelas instituições de formação, nesse sentido, ressalta-se à importância de que as instituições mobilizem os conhecimentos necessários e que

¹ Rozânia Pereira da Silva. Acadêmica do 7º período do curso de Pedagogia do Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA). 2020. E-Mail: < rozze_2009@hotmail.com >.

² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA) e da Universidade Estadual de Goiás (UEG). sandraeaa@yahoo.com.br

estão prescritos nos documentos que legislam a respeito da formação do pedagogo. A formação inicial tem papel muito importante para trazer convicção e atitudes aos novos professores permitindo identificarem-se com a profissão (LIBÂNEO, 2004).

Abordar a formação do pedagogo consiste em abordar um profissional que atua no intuito de formar cidadãos conscientes capazes de atuarem diante de situações problemas e buscarem para tais, soluções.

Por ser um profissional que está em constante transformação, acompanhando as modificações e necessidades da sociedade é que se justifica a relevância deste estudo. Nesse sentido, o assunto é sempre atual, uma vez que, as constantes transformações precisam ser estudadas, investigadas. Por isso, esse estudo poderá ser uma contribuição à reflexão sobre a formação do pedagogo no Brasil.

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as prescrições para a formação do pedagogo no Brasil na atualidade. A abordagem da pesquisa se deu de forma qualitativa e quanto aos meios de investigação foi utilizada a pesquisa bibliográfica e análise documental. A pesquisa bibliográfica abarcou autores que sustentassem e compreendessem a formação do pedagogo. Foi realizada através do levantamento de obras publicadas e compatíveis com os objetivos propostos. Sendo selecionado o maior número possível de material que estivessem de acordo com o tema proposto, ou seja, o que envolvesse a “Profissão professor: o processo de formação do pedagogo no Brasil”. E os documentos principais utilizados nessa pesquisa foram as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação (2016), resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006 e resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

1 A formação do pedagogo: prescrições legais

No contexto da criação de normas e regulamentações sobre a profissão docente no Brasil, destacamos a resolução CNE/CP nº 1 a 15 de maio de 2006 e a resolução CNE/ CP Nº 2 de Dezembro de 2019.

A Resolução nº 1 de 2006, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, definindo princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação,

pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições de educação superior do país. Tais diretrizes aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006).

A docência é compreendida como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo (BRASIL, 2006).

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006). Além disso, está proposto no Art. 3º:

O estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

Recentemente em 2019 foi instituída a Resolução nº 2, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, a qual deve ser implementada em todas as modalidades dos cursos e programas destinados à formação docente. A formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico,

cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral (BRASIL, 2019).

O art. 10 prescreve que todos os cursos em nível superior de licenciatura, destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, serão organizados em três grupos, com carga horária total de, no mínimo, 3.200 horas, e devem considerar o desenvolvimento das competências profissionais explicitadas na BNC-Formação (BRASIL, 2019).

As novas diretrizes podem e representam o início de uma transformação profunda na formação inicial de professores no Brasil. Visto que, busca melhorar a formação de professores pois, requer uma série de políticas articuladas. Dentre os pontos positivos destacados pela nova DCN 2019, pode-se destacar:

- Manutenção da carga horária em 3.200 horas;
- Definição de competências no perfil de quem concluiu o curso;
- Cursos mais voltados para a prática e com ênfase no conhecimento pedagógico do conteúdo;
- Restrição ao uso da modalidade de Ensino a Distância (EAD) na parte prática da formação; e
- Flexibilização da carga horária da Segunda Licenciatura (BRASIL, 2019).

Outro aspecto relevante é o que estabelece o Art. 16, ao tratar das licenciaturas voltadas especificamente para a docência nas modalidades de Educação Especial, Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola, devem ser organizadas de acordo com as orientações Resolução 2019 e, por constituírem campos de atuação que exigem saberes específicos e práticas contextualizadas, devem estabelecer, para cada etapa da Educação Básica, o tratamento pedagógico adequado, orientado pelas diretrizes do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2019).

O art. 27 da Resolução nº2 de 2019, fixa o prazo limite de até dois anos para a implantação das DCNs da Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). É notório que as mazelas das escolas públicas de educação básica, em especial, nos anos iniciais de aprendizagem, não serão resolvidas somente com as DCNs e a BNCC. Outros problemas existem, como, por exemplo, a remuneração docente e a diversidade dos sistemas educacionais das unidades federativas e dos municípios, ainda sem uma efetiva e indispensável coordenação do sistema federal. Entretanto, entre os fatores que podem contribuir para o sucesso

dessas mudanças na educação básica, é a avaliação das condições de ensino e da aprendizagem. O Art. 23 prevê que a avaliação dos licenciando deve ser organizada como um reforço em relação ao aprendizado e ao desenvolvimento das competências (CARDIM, 2020) destaca que as mudanças nas metodologias de avaliações podem contribuir para o sucesso da educação, porém, acentua a necessidade de maior critério nas avaliações das práticas docentes bem como, dos estabelecimentos de ensino e aprendizagem dos alunos.

2 A formação do Pedagogo na atualidade

Formação profissional é um conjunto de atividades feitas para adquirir conhecimentos, habilidades e atitudes responsáveis para o bom desempenho individual do trabalho.

Sobre a formação inicial Gatti (2017, p 726) fala que é preciso um novo olhar sobre a educação e uma melhor criticidade nas nossas ações formativas, contudo, refletir sobre a formação é refletir a profissionalização.

Entra em pauta que a docência como profissão contempla a atribuição de executar um trabalho específico, com uma base de conhecimentos teóricos e práticos apropriada, a capacidade de utilizar esses conhecimentos em situações relevantes e a capacidade de recriar, por reflexão constante a partir da prática, seus saberes e fazeres.

Gatti (2017) alerta para a necessidade de se refletir sobre a formação, pois, segundo ela refletir é ponderar sobre as implicações do trabalho pedagógico nas escolas posto que seja uma demanda complexa de trabalho. Por haver tamanha complexidade é que se discute a qualidade da formação ofertada em nossas instituições de ensino, pois, o momento atual pede-se profissionais competentes na prática e dispostos a contribuir na construção de uma educação pautada na ética e na equidade para isso.

Pimenta (2014) incentiva melhorias na formação do professor alavancando estudos que propicie saberes e experiências de acordo com a realidade escolar afim de que, a formação esteja pautada na prática social aliando-se a isto vivências, buscando formação e auto formação, desenvolvimento pessoal e profissional. Investimento, pesquisa e valorização sempre voltados na perspectiva da educação de um cidadão completo, os saberes que atribuem todas essas qualidades têm que ser

construídos por pessoas em constante processo de conhecimento inseridos nas faculdades não permitindo assim, que o ato de ensinar caia em decadência mas configure-se uma ação para mediação e superação do fracasso escolar.

Assim fica compreendido que o pedagogo formado a partir da perspectiva das diretrizes está apto a atuar, para promover uma educação de qualidade pautada na cidadania plena e uma consciência crítica, para tanto, as diretrizes evocam mudanças que contribuam na formação do pedagogo permitindo que ele atue com compromisso e responsabilidade compreendendo à docência como um processo complexo, nesse contexto as diretrizes curriculares nacionais traz em seu corpo orientações a respeito do repertório de informações e habilidades, da pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos que permearão a formação do pedagogo alicerçando-o no exercício de sua profissão (BRASIL, 2013).

Compreende-se que as mudanças propostas pelas legislações são profundas e promoverão adequações nas instituições de ensino e seus currículos, na postura acadêmica assim, em âmbito legal as diretrizes curriculares nacionais primam por um profissional da educação qualificado, portanto, entende-se que a permanência desse aluno na faculdade deva ser maior e em sincronia com prática e teoria prevendo condições de ensino e aprendizagem já, que as possibilidades de atuação segundo as diretrizes são amplas abrindo um leque de oportunidades aos futuros profissionais, pois, seu papel na sociedade é desenvolver a formação humana. Contudo, é visto que, com as novas atribuições trazidas pelas diretrizes fica claro a busca pelo resgate histórico da identidade do pedagogo buscando valorizar a docência como profissão, as diretrizes ainda falam desse profissional como capaz de promover transformações em uma sociedade contemporânea capaz de atuar pela equidade e continua busca pelo conhecimento (BRASIL, 2013).

As diretrizes trazem um aumento na carga horária do curso priorizando com isto maior comprometimento das instituições de ensino, com acadêmico e com o conteúdo abordado permitindo assim, melhor qualidade na formação do acadêmico dessa forma a uma construção de saberes permeada por práticas e diálogos com acesso aos múltiplos conhecimentos que são relevantes na formação inicial (BRASIL, 2013).

O ser professor na atual sociedade busca vencer paradigmas se auto afirmando como profissional pois, sua identidade está diretamente ligada a escolha de sua profissão. Portanto, refletir na formação e na ação de ser professor constitui

valorização de sua jornada contemplando não somente seus saberes acadêmicos, mas, também seu próprio ser, havendo a necessidade de políticas de incentivos sobre seu processo de formação (PIMENTA, 2014).

Considerações finais

Ao abordarmos o desenvolvimento da formação do pedagogo no Brasil na sociedade contemporânea em constante transformação o fizemos com base nas legislações de 2006 e 2019 que trouxeram um conjunto de normas obrigatórias para melhoria da formação dos professores, percebemos profundas mudanças no sentido de melhorar a qualidade do curso e do processo de formação buscando o resgate da identidade do pedagogo e a valorização da docência como profissão. Assim podemos observar a necessidade da reflexão acerca da formação do pedagogo visto que ele atuara em diversos contextos de trabalhos percebemos que grandes desafios precisam ser vencidos pelo pedagogo afim de que seu trabalho seja reconhecido e respeitado nas esferas educacionais.

Apesar das transformações podemos ver que há um longo caminho a ser percorrido

Pois, diante do amplo campo de atuação da Profissão de Professor, nota-se que as legislações e diretrizes ainda não são satisfatórias para resolver os dilemas enfrentados por estes profissionais, prevalecendo, portanto, a imprecisão da função do Pedagogo, deixando claro que a questão da sua identidade seja trazida à continuidade do debate e da implementação de legislações mais claras.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 31 ago. 2020.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf Acesso em: 07 out. 2020.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file#:~:text=CONSELHO%20PLENO,RESOLU%C3%87%C3%83O%20CNE%20FCP%20N%C2%BA%202%2C%20DE%2020,DE%20DEZEMBRO%20DE%2019%20\(*\)&text=Define%20as%20Diretrizes%20Curriculares%20Nacionais,B%C3%A1sica%20\(BNC%20Forma%C3%A7%C3%A3o\)](http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file#:~:text=CONSELHO%20PLENO,RESOLU%C3%87%C3%83O%20CNE%20FCP%20N%C2%BA%202%2C%20DE%2020,DE%20DEZEMBRO%20DE%2019%20(*)&text=Define%20as%20Diretrizes%20Curriculares%20Nacionais,B%C3%A1sica%20(BNC%20Forma%C3%A7%C3%A3o)) Acesso em: 07 out. 2020.

CARDIM, Paulo. **Educação básica:** formação de professores. Blog da Reitoria nº 426, 10 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.belasartes.br/diretodareitoria/artigos/educacao-basica-formacao-de-professores> Acesso em: 07 out. 2020.

GATTI, Bernadete A. Formação de professores, complexidade e trabalho docente **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 721-737. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/viewFile/8429/17739> Acesso em 10/10/20.

Libanêo, Jose Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

PIMENTA, Garrido Selma. Formação de professores: identidade e saberes da docência _____.(org.) **Saberes pedagógicos e atividades docente.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.